

HISTÓRIA, CULTURA E RESISTENCIA NEGRA NA AMAZÔNIA TOCANTINA, NO PARÁ – BRASIL

HISTORY, CULTURE AND BLACK RESISTANCE IN THE TOCANTINE AMAZON, PARÁ – BRAZIL

Benedita Celeste de Moraes Pinto,¹

João Paulo Alves Costa,²

Andrea Silva Domingues³

Universidade Federal do Pará, Brasil

RESUMO: Mediante entrevistas, conversas informais, histórias de vida e do cruzamento de fontes escritas, o presente estudo objetiva reconstituir a história de formação, traços culturais e a construção da identidade quilombola da povoação Remanescente de Quilombola São José de Icatu, no município de Mocajuba, no estado do Pará, Brasil. Neste sentido, se procurou analisar como os moradores desta povoação estão se organizando na luta e/ou reivindicação de seus direitos, visando compreender que dificuldades enfrentam atualmente e de que forma estão buscando alternativas no sentido de solucioná-las.

¹ Doutora em História Social pela PUC/São Paulo, professora/pesquisadora da Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - Campus Universitário do Tocantins. Pós-doutoranda do PROCAD AMAZÔNIA – Brasil (Projeto de Cooperação Acadêmica envolve três instituições, sendo elas: Universidade Federal do Pará, Universidade de Mato Grosso e Universidade da Amazônia, projeto financiado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). celpinto18@gmail.com

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da UFPA/Campus Universitário do Tocantins. Professor da Secretaria Municipal de Educação do Município de Mocajuba, Pará. Brasil. jpaulochee@gmail.com

³ Pós doutora em Análise de Discurso pela Universidade Estadual de Campinas- São Paulo. Doutora em História Social pela PUC/São Paulo, professora visitante/pesquisadora da Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura/Campus Universitário do Tocantins. Professora Visitante Sênior do PROCAD AMAZÔNIA. andrea.domingues@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Icatu, Resistência, História, Cultura, Identidade.

ABSTRACT: Through interviews, informal conversations, stories of life and of written sources, the present study aims to reconstitute the history of training, cultural traits and the construction of the identity of the Remaining village of quilombola São José de Icatu, in the municipality of Mocajuba, in the State of Pará. In this sense, if sought to analyze how the residents of this village are organizing in the fight and/or claim their rights, in order to understand what difficulties they face today and how are seeking alternatives in order to solve them.

KEY WORDS: Icatu. Resistance, History, culture, Identity

Apresentação

A escravidão negra na Amazônia não foi tão expressiva, em termos quantitativos, quantos nas regiões açucareiras, mineradoras ou cafeicultoras. Todavia, mesmo dividindo o mundo do trabalho com o indígena, o negro constituiu parcela significativa da mão de obra escrava, em especial na agropecuária, serviços domésticos e atividades urbanas (Funes, 1996).

Segundo Salles (2005, p. 75), foi a partir da segunda metade do século XVIII, no governo de Mendonça Furtado, dentro do contexto da “política pombalina” que o número de escravos negros destinados a Amazônia deu um salto significativo. Neste contexto, foi criada a Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Durante os mais de 20 anos de vigência e atuação desta companhia foram introduzidos somente na província do Pará 12.587 escravos negros da África. A média anual de escravos introduzidos na região, no período de 1755 a 1816, nunca foi inferior a 500 escravos.

Já no final do século XVIII e início do século XIX o número de escravos negros introduzidos na região amazônica era de 14.749 escravos despachados na alfândega do Pará. Durante todo século XIX a importação de escravos da África e demais regiões da colônia brasileira não cessou para as terras amazônicas. Assim, no ano de 1823, por exemplo, entraram no Pará, nada menos de 1.147 escravos novos (Salles, 2005, p. 72).

Na microrregião do Baixo Tocantins ainda não dispomos de dados satisfatórios sobre a escravidão negra no sentido de precisar um quantitativo exato sobre a presença desta mão de obra. As pesquisas que se debruçaram sobre a temática em questão, ainda, são insuficientes para fazer um panorama geral sobre a presença negra na região. Entretanto, não podemos desconsiderar a presença negra escrava como força de trabalho neste território, principalmente próximo a Cametá, onde o negro figurou, juntamente com o índio no cenário da escravidão, e aí marcou de forma bastante expressiva, sua presença, tanto no âmbito econômico quanto no social e cultural (Pinto, 2004, p. 42).

Autores como Salles (2005), Gomes (2006) e Pinto (2004) abordam a temática em questão confirmando a constante presença negra na microrregião do Baixo Tocantins, bem como, sua luta contra o regime de escravidão ao qual estavam submetidos. Segundo Gomes (2006), devido esta região ficar relativamente próxima às cercanias da capital, Belém, então centro político-administrativo e região com maior concentração das atividades agrícolas da província, o Baixo Tocantins também foi palco da presença negra de maneira bastante expressiva, tanto no campo econômico quanto nos aspectos socioculturais, formando, dessa forma, uma cultura com características próprias. Com objetivo do plantio e cultivo da cana-de-açúcar, formaram-se ao longo da calha do rio Tocantins grandes latifúndios produtores deste produto agrícola empregando como força de trabalho os braços do negro africano.

Algumas áreas ao longo do grande rio Tocantins foram importantes regiões com escravidão africana na Amazônia colonial e pós-colonial. Com uma ocupação iniciada em fins do século XVII, somente no século XIX tiveram, entretanto, desenvolvimento com a lavoura canavieira, principalmente em localidades em torno do Baixo Tocantins, como Cametá e Mocajuba. (Gomes, 2006, p. 2)

Em termos demográficos ao longo do século XVIII e XIX a população negra na região foi considerável. Segundo Gomes (2006), em 1848, excetuando Mocajuba, sobre o qual não dispunha de dados, a população escrava desta vasta área, que abrangia Barcarena, Moju, Acara, Guamá, Igarapé-Mirim, Abaeté, Cametá, Baião e Oeiras era de 11.199, sendo de 51% (5.702) de homens.

A microrregião do Baixo Tocantins consubstanciou-se como espaço significativo no que se refere à presença negra escrava. Cametá, por exemplo, figurou como uma região

de grande concentração de mão de obra escrava, empregada largamente na produção de açúcar, cacau, tabaco, arroz, bem como, na extração das chamadas drogas do sertão. Território relativamente próximo à Belém, Cametá exerceu, ao longo dos séculos XVIII e XIX, grande influência na formação histórica, econômica e cultural da região amazônica (Gomes, 2006, pp. 281-282).

Na região do Tocantins, vários povoados negros rurais tem suas origens marcadas pela existência desses redutos de fugitivos, cujos traços são fortemente marcados pela mistura de crenças e credos religiosos afros e indígenas, que ao constituírem os mocambos ou quilombos da região, compartilhavam meios de crer, lutar e sobreviver. Embora haja escassez de documentações escritas referente aos redutos de resistência negra na região, envereda-se por outros caminhos, elegendo outras fontes de estudo (Pinto, 2004, p. 23).

Por muito tempo a historiografia tradicional nos fez acreditar que o processo de escravidão foi aceito de forma passiva, sem luta, ou sem resistência, por parte dos cativos. Segundo esse discurso fundador, de ideologia colonizadora, a escravidão era aceita resignadamente, ou seja, não havia embate, ou luta de classe, entre senhores e escravos, pois as relações eram harmoniosas, sem conflitos. Nesta perspectiva, o escravo se conformava com o seu destino previamente determinado, abdicava a qualquer forma de luta.⁴

Entretanto, apesar de todo o esforço da historiografia tradicional em cristalizar tal ideia, o que sabemos é que durante todo o período que durou a escravidão no Brasil, houve sim resistência e enfrentamento do trabalho compulsório escravo. Por todas as plagas onde existiu trabalho feitorizado, indubitavelmente houve um processo intenso de buscas de alternativas no sentido de se libertar do trabalho forçado. Na perspectiva de Reis e Silva (1989, p. 9), onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaço de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão – e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos (*Idem*, p. 10).

⁴ Criada por Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala” e largamente difundida no Brasil a partir da primeira metade do século XX, tal concepção baseava-se no mito da “democracia racial”.

Segundo a grande maioria dos autores contemporâneos que se dedicam a temática do escravismo,⁵ as fugas foram constantes durante toda a vigência do regime escravista.

Nos mais de 300 anos que vigorou o sistema escravista no Brasil, o quilombo constituiu um enclave, uma das principais alternativas de negação da produção escravista por parte dos produtores oprimidos. Marcou sua presença e existiu praticamente em toda a extensão do território do Brasil. O quilombo representou uma afirmação da oposição do produtor feitorizado contra o escravismo, produto da singularidade desse tipo de sociedade. (Fiabani, 2005, p. 23)

O quilombo constituiu-se como principal mecanismo de negação da escravidão negra. As fugas constantes ameaçaram o sistema produtivo colonial. Para Salles (2004, p. 237), “o processo tradicional da busca da liberdade consistiu invariavelmente na fuga para os matos, onde os negros reuniam-se, solidários entre si, e formavam os quilombos”. A luta pela sobrevivência, por melhores condições de vida e a fuga foram elementos essenciais de resistência. Para dificultar a ação repressora do Estado alguns quilombos mudavam continuamente de localização: se constituíam e mudavam de local conforme a necessidade (Treccani, 2006, p. 60).

Fugas e aquilombamentos traziam um grande mal-estar para os fazendeiros, proprietários de escravos de modo geral e para as autoridades legais da província do Grão-Pará e vizinhança, que, preocupados com tal situação, tornavam-na pública, quase que diariamente, através das notícias de negros fugidos e seus quilombos. Ainda neste sentido, Reis e Silva (1989, p. 62) afirmam que a unidade básica de resistência no sistema escravista, seu aspecto típico, foram às fugas. Os quilombos se configuravam como núcleos populacionais formados por escravos fugitivos. Nesses locais eles resistiam à escravidão e defendiam a liberdade; homens e mulheres tentavam reconstituir nos quilombos as várias versões de uma vida comum: realizavam festas, plantavam, coletavam, pescavam, caçavam e praticavam transações econômicas possíveis. Tentavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais (Pinto, 1999, p. 35).

⁵ Autores como, Clóvis Moura, Edison Carneiro, Luís Luna, Eugene Genovese, Décio Freitas, Kátia Mattoso, Mário Maestri, João José Reis se debruçaram sobre a questão da escravidão enfocando a fuga com principal instrumento de resistência ao cativo e na conquista de liberdade.

Para Salles (2005, p. 242), o processo de fugas acelerou-se ainda mais com a propaganda da independência, pelo fascínio que esta exerceu sobre os escravos na busca pela liberdade. Os negros em fugas, mesmo perseguidos pela força militar, cujo emprego principal se tornou a caça, de fugitivos, tomaram rumo de diversas direções. No itinerário das fugas, a região do Baixo Tocantins despertava certa sedução, pois, principalmente na localidade de Cametá, ventilavam-se algumas movimentações contra o regime de então que se arrastaram após a Adesão do Pará à Independência, mesclando com os ideais do movimento cabano (Pinto, 2007, p. 32).

Segundo as análises de Pinto (2007), a região do Baixo Tocantins foi marcada pela existência de vários quilombos, alguns deles foram destruídos; outros jamais foram descobertos. Os fugitivos, diante de ameaças de (re) escravidão e dos riscos de aniquilamento, adentraram pelas matas, rios e igarapés e, no interior da floresta, organizaram novos quilombos, como ocorreu nos municípios de Cametá, Mocajuba e Baião. Ainda hoje permanecem nesta região, os vestígios desses redutos negros, e suas histórias estão sendo reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício das lembranças de seus descendentes que vivem nos povoados remanescentes (Pinto, 2010, p. 30).

No distrito de Juaba, as margens do igarapé Itapocu, foi formado, na segunda metade do século XVII, o quilombo do Mola, um dos mais importantes focos de resistência negra da região do Tocantins, que deu origem a vários pequenos quilombos, dos quais se destacam: Tomásia, Laguinho, Porto Alegre, Porto Grande, Itapocu, Bom Fim, Boa Esperança, Puxa Regue, Matias, Mocambo e João Igarapé. No município de Mocajuba formou-se o quilombo de Icatu e Putiri. Enquanto Umarizal, Bailique Centro, Bailique Beira, Joana Peres, Retiro, Santa Fé e Igarapé Preto, no município de Baião, originaram-se do antigo quilombo de Paxibal. Os negros fugidos driblavam as forças legais, para constituírem seus redutos, conforme afirmava tia Chiquinha, uma moradora do povoado de Umarizal, “caminhavam dias e dias pela mata, comendo fruta, às vezes, bebendo água de cipó até chegar onde estava sua gente já livre, liberta dos castigos e da humilhação de apanhá do senhor”. E, assim, fugindo da escravidão, esgueirando-se da perseguição das forças legais, nos mocambos ou quilombos, homens e mulheres tomavam para si a condição de liberto (Pinto, 2010, p. 56).

Na concepção de Gomes (2006, p. 286), a questão é que não havia um único e concentrado quilombo nesta região, mais sim vários mocambos, muitos misturados com

camponeses e regatões,⁶ que ora estavam dispersos, ora articulados em termos econômicos e de proteção. Talvez alguns mocambos tivessem sido articulados por grupos familiares, de parentesco ou “malungos” de fugas e escapadas pelas matas.

É através do ir e vir da memória que se busca reconstituir a historicidade de povoados negros rurais da região do Tocantins, emergindo praticas culturais, formas de se fazer e resistir. Como é o caso do povoado remanescente de quilombos São José de Icatu, onde se desenvolveu o presente estudo visando reconstituir a história de formação, traços culturais e a construção da identidade quilombola, enquanto uma comunidade negra rural do município de Baião, região do Tocantins, no estado do Pará.

1. Quilombo de Icatu: a história cavada na memória dos velhos

A Comunidade Remanescente de Quilombolas São José de Icatu pertence à região do Baixo Tocantins, uma região polarizada por aglomerados urbanos de Cametá e Abaetetuba, e mais nove municípios da mesorregião Nordeste Paraense: Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

São José de Icatu está situado na fronteira limite, entre os municípios de Mocajuba e Baião, a 220 km da capital Belém. Localiza-se às margens do igarapé Putiri, que desemboca ao Rio Tauaré que é braço do Rio Tocantins. Em termos de jurisdição política-administrativo, a comunidade pertence ao município de Baião, entretanto, a maioria dos moradores quando querem algum serviço dirigem-se ao município de Mocajuba.

O acesso a esta comunidade se dá de duas formas: por via fluvial através do rio Tauaré, afluente do Tocantins, usando meios de transportes como rabetas, barcos, cascos, pequenas lanchas e voadeiras. Ou por via terrestre usando carros, motos, ônibus e bicicleta, através da PA-151 até o km 198, em seguida adentra-se o ramal vicinal “quilombos de Icatu” de 4 km até chegar ao povoado.

A memória constitui elemento de significativa importância à reconstituição do processo histórico. Nas comunidades remanescentes de mocambos a memória está mais

⁶ Na região do Tocantins denomina-se de regatão o mercador que varava os rios e igarapés da Amazônia em grande canoa a remo, também chamado de batelão, a fim de comerciar com a população local os produtos que trazia, como tecidos, sal, redes, ferramentas, munição e levar em troca produtos, como farinha de mandioca, serimbabos, frutos coletados da mata, ervas medicinais, além de outros.

viva entre os velhos, netos e bisnetos de mocambeiros, guardiões das histórias que seus antepassados lhe contavam. É a eles que se recorre, para ampliar os horizontes da pesquisa. Um dos critérios básicos para escolher os interlocutores deste estudo foi que fossem descendentes de quilombolas, guardiões de lembranças, discursos, experiências de vida individual e coletiva, que (re) significam no tempo presente memórias de tempos remoto, pois como nos afirma Pinto (2007, p. 37) “é mediante a memória oral que se busca compreender a historicidade de povoados negros rurais da região do baixo Tocantins”.

Portanto, a tessitura deste estudo, um dos resultados da pesquisa “Inclusão no Processo Ensino-aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins, no Pará”,⁷ foi possível graças ao um mergulho profundo nas memórias dos mais velhos habitantes da referida comunidade, cujas lembranças trazem à tona realidades vividas, sonhadas e compartilhadas, afinal pela memória que o:

Passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como uma força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (Bosi, 1994, p. 47)

Segundo a oralidade local, a origem do povoado de Icatu está diretamente ligada à resistência negra ao processo de escravidão, que durante séculos acometeu milhares de negros. A oposição física e cultural ao cativo gerou, como já dissemos antes, um constante fluxo de negros, que se embrenhavam nas matas em busca de liberdade. Foi através do rotineiro processo de fuga que se formou o povoado de Icatu. Entretanto, no que concerne a origem do referido povoado, as informações que coletamos são um pouco

⁷ A Pesquisa *Inclusão no Processo Ensino-aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins, no Pará*, Coordenada pela Prof.^a Dr.^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto, desenvolvida no Grupo de Pesquisa *Quilombolas e Mocambeira: história da resistência negra na Amazônia (GP QUIMOHRENA)*, além de incentivar a inclusão de alunos remanescentes de antigos quilombolas da região do Tocantins no processo ensino-aprendizagem, através da produção de materiais didáticos textualizados e contextualizados conforme suas realidades, visa reconstituir processos históricos, vivências cotidianas, socioculturais, políticas e econômicas desses povoados, na perspectiva de contribuir na valorização e aprofundamento dos saberes contido nas experiências históricas dos descendentes de quilombolas da região do Tocantins (nos municípios de Cametá, Baião e Mocajuba), visando reconstituir memórias, práticas culturais e religiosas, técnicas de curas e diferentes formas de trabalho.

desencontradas e, em certo ponto, discrepantes. Neste sentido, as informações nos levaram a duas versões. O senhor Domingos Rosa, um dos guardiões das memórias de Icatu, conta que os negros que formaram este povoado eram oriundos das fazendas de cacau que ficavam nas proximidades. Segundo este mesmo entrevistado, os negros eram vistos como propriedades de comerciantes portugueses e espanhóis das regiões de Putiri, Tauaré e Marariá, e que cansados do trabalho escravo meteram-se em fuga:

Bom o que eu sei dizer é que eles vieram trabalhar pros brancos português que essas terras todo aqui era de português, sabe, essas ilhas aí, Putiri, Tauaré, (...) que eram os portugueses, o avô do Nilton Rascon era espanhol, eu conheci o pai do Jofre, alguns, tinha uma mulher Luísa turca na boca do Marariá, e era assim tinha muita gente assim (...). É, eles cultivavam essas terras daqui, eles que plantavam faziam, o cacauá, faziam tudo, ai, eu sei que quando eu me entende tinha muito preto por aqui, quando me entende tava na faixa de oito anos, só que os pretos se localizavam mais pra cima, lá pra cima, aqui não tinha tanto.⁸

Outra versão sobre a origem do povoado de Icatu menciona que os primeiros negros que chegaram neste território, migraram de regiões mais distantes como, Igarapé–Miri e Abaetetuba. Tais informações se cruzam e não são descartadas, tendo em vista que a referida região do Tocantins foi um local de grande concentração de mão de obra negra escrava. Neste sentido, o senhor Domingos Flávio, mais conhecido no local como Pepino, relata que as informações que se tem é que “eles vieram uma parte da região de Igarapé – Miri e de Abaetetuba, de onde havia escravidão, de lá pra cá eles vieram e também da região de Cameté, do rumo de Juaba, de algumas famílias que vieram pra essa região em busca de trabalho, e em busca de terra”.⁹

Desta forma, assim como muitos povoados quilombolas que se formaram no interior da Amazônia, é difícil precisar uma data certa sobre a chegada dos primeiros negros no Icatu. O que se sabe é que os primeiros habitantes tomaram pé da região em meados do século XVIII, por volta de 1770, muitos vindos também de outros povoados negros, como é o caso do quilombo do Mola, muito citado nas memórias de nossos narradores:

⁸ João Rosa Rodrigues, 72 anos, morador do povoado de Icatu.

⁹ Domingos Flávio Lopes Farias, 45 anos, Professor e líder Comunitário de Icatu.

Icatu é uma comunidade bastante antiga, uma das comunidades quilombola mais antiga da região Tocantina, e talvez a mais antiga seja mesmo a comunidade do Mola que de acordo com as pesquisas, né, e o que a gente tem de registro e que fica no município de Cametá e foi fundada por volta de 1750, e aqui em Icatu, 1770, o povoamento que se deu aqui, quando o primeiros povoadores chegaram aqui.¹⁰

Referente ao povoado de Icatu, ainda podemos compreender que,

Fica situado próximo aos rios Tauaré e Tauarezinho. Para alcançá-lo é necessário descer o igarapé Putiri. Este povoado possui um formato semicircular. Suas casas ficam dispostas num extenso prolongamento (numa topografia alta, de cerca de 20 metros acima do nível do rio), acompanhando as margens do igarapé Putiri. A base da sua economia é a farinha. Neste povoado existem cerca de 20 “casas-de-forno”. Produz-se também arroz e milho. Em Icatu notou-se em vários moradores (tanto os idosos como os jovens) as características de população de “caboclos”, misturada entre negros e índios. Segundo a tradição oral, o povoado começou a partir de um pequeno grupo de negros fugidos por volta de meados do século XIX. Houve contatos com grupos indígenas circunvizinhos. Depois da abolição, a população aumentou bastante, inclusive, devido aos contatos entre “regatões”, seringueiros (até mesmo migrantes portugueses), libertos etc. (Gomes, 2006, p. 288)

Segundo estimativas dos líderes da povoação de Icatu vivem neste povoado em torno de 81 famílias. Mas nem todos residem na sede ou núcleo onde se agrega a maior parte dos habitantes. Muitas famílias ainda moram longe, em seus “centros”, ou seja, em terrenos afastados onde cultivam as roças e outros tipos de plantações.

No centro do povoado encontramos a igreja, a escola, o posto de saúde, o barracão de festa, a sede da Associação dos Remanescentes de Quilombola e muitas moradias. Grande parte dos moradores vive no conjunto residencial construído pela COHAB e entregue em 2012. O conjunto habitacional é composto por 50 casas muito simples (sala, quarto, cozinha e banheiro, com 39 m²), foi uma das recentes conquistas alcançadas pelos

¹⁰ *Idem.*

remanescentes de quilombo de Icatu, que por meio de muita luta e reivindicação junto ao governo conseguiu as casas para muitas famílias que não tinham residências.

No que tange ao aspecto religioso, os moradores da Comunidade São José de Icatu, ainda, preservam as tradições do catolicismo. Grande maioria da população local professa o catolicismo como religião oficial. A Igreja Católica sempre exerceu, e ainda exerce, forte influência na vida dos moradores locais. Todo domingo as pessoas – jovens, adultos, velhos e crianças - percorrem longas distancias para participar do culto católico (missa). Os cultos são celebrados por toda comunidade, que divide as tarefas por grupos, assim todos acabam participando. A comunidade tem como santo padroeiro, São José, que deu nome ao povoado, cuja festividade em sua homenagem é celebrada todo mês de setembro, entre os dias 19 a 29.

Segundo o senhor Floriano Lopes Farias, já existiu na comunidade de Icatu três festas em homenagem a Santos: festa de São José, festa em homenagem a Nossa Senhora do Bom Parto e, por fim, a festa de Nossa Senhora das Graças. Atualmente, o único santo venerado pelos moradores é São José.

Eu tive a oportunidade de conhecer essa comunidade com a transferência da Irmandade para a Comunidade Cristã Religiosa e coordenada pela Prelazia de Cameté à Paróquia de Mocajuba. Eu já vi assim, por exemplo, a festa de São José, festividade de São José né, era novenário, depois tinha dois períodos, de novo onde eles faziam duas novenas a mais que era chamada Festa de Nossa Senhora das Graças e Festa de Nossa Senhora do Bom Parto. Eu vi assim que era uma tradição mesmo do povo¹¹

Atualmente, durante o novenário em celebração ao padroeiro, os moradores participam ativamente das cerimônias e festas, se organizam com bastante antecedência, produzem a farinha para vender e comprar suas roupas novas e calçados, e também para gastar durante a festa na compra de comidas e bebidas.

Entretanto, apesar da grande maioria da população praticar a fé católica, já existe na comunidade pessoas que são evangélicas. Podemos constatar a presença de uma

¹¹ Sr. Floriano Lopes Farias, 50 anos, líder e atual presidente da Comunidade de Remanescente de Quilombos São José de Icatu.

congregação evangélica da Assembleia de Deus dentro do povoado de Icatu. No entanto, pelo que se observa as pessoas professam o seu credo religioso como querem.

Sobre a presença de religião de matriz africana no povoado, não constatamos atualmente praticantes de tal credo. Segundo o que nos revelou a memória oral local, no passado havia sim negros seguidores e praticantes da Umbanda:

Hoje o que temos mais forte é a questão do catolicismo, mas antes tinha a questão da Umbanda, algumas pessoas chegaram a praticar aqui, não assim com tanta desenvoltura, assim, porque quando eles vieram já estava impregnado a questão do catolicismo mesmo, de cultuar santo e tudo mais, a questão da umbanda que é a religião dos africanos, já estava assim um pouco abandonada. Hoje aqui já não se pratica mesmo.¹²

Santos (2006, pp. 43-44) define cultura como uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros. Cultura é uma construção histórica. Neste sentido, a partir da definição mencionada, podemos dizer que cultura é uma construção eminentemente humana, que está presente na vida de qualquer pessoa, independente do seu grupo social. É aqui que inserimos a comunidade de Remanescente de Quilombos São José de Icatu como produtora de uma cultura particular, vivenciada no cotidiano de seus habitantes, que historicamente vem teimando em resistir a toda sorte de opressão. Assim, como os negros escravizados, os resistentes, que se organizaram e fugiram do cativeiro ao qual estavam submetidos, os moradores do povoado de Icatu vivem um processo histórico-social diferenciado. Seu processo de resistência reflete sua produção cultural forjada no dia-dia de cada morador, nas fofadas de farinha, nas rodadas de samba de cacete, nas tiradas de reis, nas rezas de ladainhas, nos convidados, nas lutas constantes do movimento social, das quais são ferrenhos participantes.

Segundo Pinto (2007, p. 47), é a partir da memória dos mais velhos que emergem para o tempo presente as lembranças das festas em homenagem aos santos dos quais eram devotos. Dos quais se destaca a de São José, de Nossa Senhora das Graças e de Nossa Senhora do Bom Parto, além de outras manifestações culturais tradicionalmente

¹² Domingos Flávio Lopes, 44 anos, professor e coordenador da escola local.

praticados pelos moradores do povoado de Icatu como, o Samba de Cacete, o Ganzá, o Cordão de Boi, o Cordão de Galo, o Pastorinho, a Dança da Farinha da, a Folia de Reis.

Ah! Olhe ... Naquele tempo tinha o samba de cacete, tinha o cordão de bui, tinha o cordão de galo, o cordão de marujo, o Pastorinho, é, é. O que nós dançava muito mesmo era o samba de cacete, dançava, dançava, é, é, tinha muito, que quando findava a festa todo mundo queria aquele samba, e o samba de cacete tinha as suas cantigas. Olha..., um samba de cacete bem batido, que agora já não tem mesmo quem bata, mais um samba bem batido bota a música pra li ó, pro canto, é meu amigo!¹³

Nas afirmações de Pinto (2007, p. 44), os negros tentavam reconstituir nos quilombos as várias versões de uma vida comum: realizavam festas, plantavam, coletavam, pescavam, caçavam e praticavam transações econômicas possíveis. Tentavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais. Neste sentido, apesar de haver todo um processo de constantes mudanças, refletidas na instabilidade da vida dos negros que estavam quase sempre sob ameaça de (re)escravização, o que aconteceu por parte de grande parte destes negros, descendentes dos primeiros quilombolas, foi uma ressignificação de seu aspecto cultural. Esses negros recriaram no espaço dos quilombos uma nova forma de vida, e com isso, suas tradições culturais também se transformaram, ganhando diferentes nuances em diferentes contextos e espaços.

No caso do povoado de Icatu, as tradições culturais de matriz africana, apesar de pouco praticadas, ainda estão presentes no cotidiano e bem vivas nas lembranças dos velhos e velhos, guardiões da memória deste lugar. O senhor Domingos Flávio Farias conta que nos tempos de seus pais e avós as festas eram muito mais constantes. Conforme suas afirmações, a questão cultural do povoado manifestava-se principalmente através da música com o samba de cacete, o ganzá e a tirada de rei, manifestações que envolve sempre a música com instrumentos rústicos confeccionados pelos próprios brincantes.

Os nossos antepassados praticavam muito essa questão cultural por meio das danças, das músicas, essas coisas existiam antigamente. Antes

¹³ Dona Georgina Correa dos Santos, 95 anos, uma das moradoras mais antigas do povoado.

tinha o grupo de samba de cacete que faziam movimento próprio com seus instrumentos rústicos que eles mesmos faziam, tambores, banjos. Tinha também o grupo de ganzá, em outras ocasiões faziam outro tipo de brincadeira a tirada de ano no dia primeiro de janeiro e a tirada de rei, no dia 06 de janeiro que era tradição. Nos últimos anos não está acontecendo mais, veio se perdendo esses valores também, essa identidade.¹⁴

O samba de cacete é uma manifestação cultural da Amazônia paraense, originária e preservada em comunidades quilombolas do Baixo Tocantins e que ainda hoje se faz presente no cotidiano dos moradores do povoado de Icatu. No passado era praticado nos momentos de lazer e divertimento dos negros, que após um exaustivo dia de trabalho, se reuniam com seus tambores para poder ter um momento de descontração e alegria entre os seus. Neste sentido, Pinto (2007, p. 122) afirma que aproveitando os dias de descanso e/ou ainda os santificados os negros tentavam esquecer a opressão e a dor do cativo, realizando as mais variadas formas de diversão e lazer. Tais festas simbolizavam a explosão de vida de um povo que reinventava as mais diversas formas de resistências para se ver livre da posição dependurada no pelourinho, das amarras das correntes, dos castigos, dos troncos e dos açoites durante os trabalhos forçados e subumanos que tinha que fazer.

A prática do Samba de Cacete ainda é latente nos povoados remanescentes de quilombolas da região do Tocantins, foi possível observar que os moradores de Icatu ainda praticam o ritual de esquentar tambores, que consiste em pegar uma tocha de fogo para poder, de maneira simbólica, esquentar os tambores que irão durante horas serão tocados para que o povo possa dançar. Desta forma, o Samba de Cacete, assim como outras formas de expressões culturais da comunidade de Icatu, ganha outro significado. Além de servir como instrumento de diversão e ludicidade para o grupo, também representa enfrentamento e resistência a toda e qualquer forma de espoliação.

Outras tradições culturais que eram muito praticadas no passado vieram à tona nas memórias dos mais velhos, como foi o caso, da Tirada de Rei ou Folia de Reis, o Ganzá, e os cordões de boi. Nas lembranças de dona Georgina Correa dos Santos, de 95 anos, uma das moradoras mais velhas do povoado de Icatu, ainda, se fazem presente às apresentações do cordão de boi, liderado pelo seu pai, o senhor Euclides Correa,

¹⁴ Domingos Flávio Lopes, 45 anos, Professor e Coordenador da Escola local.

conhecido como “Boi Estrela”. Este cordão de boi fez a alegria de muita gente nas redondezas de Icatu e, segundo nos informou dona Georgina Correa, chegou a se apresentar até em cidades como Mocajuba e Baião:

Eles dançavam nas casas, era sim, o seu Pedro Américo butava o cordão de marujo, eles iam dançar até em Mocajuba, naquele tempo, Mocajuba era bem pequena, cidade pequena Ah, o cordão de boi que o meu pai Euclides butava, era na voz com instrumentos de pau, a onça, tinha o banju, tinha o reco-reco.¹⁵

Das lembranças já um pouco confusas e fragmentadas de Dona Georgina Correa, antiga moradora de Icatu, brotam realidades vividas, dores, sofrimentos, angústias de uma caminhada árdua e penosa, mais que nem por isso, ela deixou de resistir.

2. Lutas por sobrevivência no Icatu

A principal fonte de renda dos habitantes dos povoados remanescentes de quilombolas da região Tocantina é a agricultura de subsistência, através da cultura das roças de mandioca, cujos derivados como, farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupi, beiju são comercializados como a principal fonte de renda (Pinto, 2007, p. 61-62). Acrescenta-se aí, em pequena escala, o extrativismo vegetal, com a coleta de frutos, óleos e raízes que a floresta oferece. Além do cultivo da mandioca para produção da farinha, do feijão, o arroz, o milho e algumas leguminosas. Algumas famílias também cultivam a pimenta do reino, produto muito valorizado no mercado.

Nos últimos anos houve uma significativa queda na produção de pimenta do reino, devido a um surto de doenças (conhecida como fusariose) que devastou grande parte dos pimentais do município. Outro fator que desestimula os pequenos produtores é que a pimenta do reino exige um investimento maior em mão de obra e infraestrutura. Assim, sem apoio dos órgãos responsáveis, como a SEMAGRI (Secretaria Municipal de Agricultura), EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), os pequenos agricultores não tem como aumentar sua produção.

¹⁵ Dona Georgina Correa dos Santos, 95 anos, uma das moradoras mais antigas do povoado de Icatu.

Segundo o que nos informaram os líderes de Icatu, muitos moradores já estão endividados por conta de projetos financiados pelo governo através do BASA (Banco da Amazônia). Durante a primeira década do século XXI, muitas famílias receberam o crédito dos programas FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Entretanto, tendo em vista a falta de assistência técnica e vários outros agravantes, como um surto de doenças (fusariose), a maioria dos pimentais da região foram dizimados. Desta forma, sem produção os pequenos produtores não conseguiram saldar suas dívidas junto ao banco, tornando-se com isso, inadimplentes e sem novas perspectivas de créditos.

Atualmente, as famílias da Comunidade São José de Icatu tem na monocultura da mandioca a principal fonte de renda. O trabalho na produção da farinha de mandioca é bastante puxado. São várias etapas, que dura em média um ano após o plantio até chegar à colheita.

O trabalho na produção da mandioca envolve toda a família, desde as crianças mais novinhas até os mais velhos. Todos, de uma forma ou de outra, acabam se envolvendo na feitura da farinha. É por isso que nestes povoados as crianças aprendem desde pequenas o ofício de se “fazer farinha”. As funções executadas nas roças acabam absorvendo como mão de obra todos os membros da família, é muito comum ver-se executando os trabalhos das roças desde pessoas mais idosas até crianças a partir dos cinco anos de idade.

A tradição do trabalho coletivo, muito comum na cultura africana e herdada pelos quilombolas, também se faz presente nas comunidades negras na Amazônia Tocantina. Um dos exemplos mais plausíveis do trabalho coletivo é o “Cunvidado” que apesar de nos últimos anos está perdendo força, ainda teima em ser praticado em muitas comunidades quilombolas da região do Baixo Tocantins. “Cunvidado” é uma forma de trabalho coletivo caracterizado pelo sistema de troca de dias. Na região do Tocantins ganhou regras ritualizadas de antigos quilombolas que tinham por finalidade celebrar e partilhar em grupos tarefas dos trabalhos das roças, principalmente as do plantio de mandioca (Pinto, 2007, p. 42). Na memória de João Rosa, um dos moradores mais antigos de Icatu, ainda estão vivas as lembranças dos grandes “Cunvidados” que se fazia no passado,

Antigamente os Cunvidados eram animado, o pessoal era unido mesmo, e todo mundo trabalhava, era quem cortava cortava, quem cavava

cavava, quem plantava plantava. Olha era muita gente; vinha gente de muito longe pra trabalhar, porque era um compromisso que a gente tinha uns cuns otro; a gente trabalhava no roçado dos otros pra quando chegasse a hora, os otros viesse nos ajudar também.¹⁶

Além da agricultura os moradores também contam com benefícios sociais do governo federal, como fonte de renda:

A agricultura é à base da economia da comunidade né, agora além da agricultura tem um acréscimo, grande parte das famílias tem os benefícios sociais, tem o bolsa família, que muitas famílias estão ganhando até quinhentos reais por mês, já é suporte na compra do material escolar, alimentação, e até mesmo dá pra comprar um eletrodoméstico pra dentro de casa. Outro benefício é a questão do seguro da pesca, que muitas pessoas vem recebendo, tem a aposentadoria, tudo isso tem contribuído pro sustento das pessoas.¹⁷

Um pequeno número de moradores de Icatu ainda pratica a pesca nos rios e igarapés da região. Segundo estes próprios moradores essa atividade perdeu força após a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, pois com apressamento das águas, a quantidade do pescado diminuiu sensivelmente nos últimos anos. Como consequência da diminuição do pescado, muitas famílias que moravam as margens dos rios ali próximos, e sobreviviam da atividade pesqueira, foram obrigados a migrar para o povoado de Icatu ou para a cidade de Mocajuba.

Trabalhando na agricultura, na pesca, no comércio ou em qualquer outra atividade, os icatuenses estão sempre se reinventando, buscando meios de driblar a dura realidade. Como descendentes de negros escravizados, insistem em resistir a toda e qualquer situação de dureza da vida cotidiana.

3. Moradores de São José de Icatu e a busca da identidade negra

¹⁶ João Rosa Rodrigues, 72 anos, morador de Icatu.

¹⁷ Domingos Flávio Lopes, 45 ano, professor e coordenador da escola local.

A identidade está sempre em processo de formação, de modo que não se pode falar em identidades fixas ou inalteradas. A identidade torna-se uma “celebração móvel” (HALL, 2006, Silva (1989, p. 62) 12), partindo deste pressuposto, podemos dizer que a identidade é um constructo social que está em constante processo de mudança. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente (Hall, 2006, p. 13).

Foi neste sentido que buscamos compreender a formação da identidade negra dos habitantes da Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatu. Devido se caracterizar como um povoado formado a partir de negros escravizados que fugiram do cativeiro, nosso intento foi entender como se forjou a identidade de matriz africana individual e coletivamente desses sujeitos sociais. Queríamos saber em que momento os moradores tiveram contato com o conceito quilombola. O que essa palavra significava para eles? Existia uma consciência do sentido de pertencimento da cultura negra e quilombola, em outras palavras queríamos saber se havia uma tomada de consciência de ser negro? Como se deu a busca por esta identidade? Estas foram, portanto, algumas questões levantadas junto aos habitantes de Icatu.

Segundo os moradores mais velhos da povoação de Icatu, até por volta do final dos anos 90, não se tinham consciência do verdadeiro significado do conceito Remanescentes de Quilombos. Foi somente a partir de 2000, quando a Universidade Federal do Pará, através do Projeto Raízes,¹⁸ com apoio do CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), que entre outros objetivos, buscava identificar e catalogar todas as comunidades de remanescentes de quilombos da região do Baixo Tocantins, que os moradores vieram a ter conhecimento acerca do que realmente significava ser quilombola.

Para muitos habitantes de Icatu, quilombo ainda tinha um significado pejorativo, estava relacionados a “negros fugidos”, “bandos de salteadores”, bem ao gosto dos conceitos criados e reproduzidos pela historiografia tradicional. Desta forma, muitos até chegaram a resistir quando se falou em transformar o povoado em Comunidade

¹⁸ O Programa Raízes foi criado pelo governo do Pará em 12 de maio de 2000, por meio do decreto nº 4.054. Seu objetivo era articular dentro do governo estadual o atendimento das demandas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

Quilombola. Entretanto, tendo em vista os benefícios que o povoado teria futuramente junto ao governo, ao receber o título de Comunidade Quilombola, na forma de compensação de uma dívida histórica com os negros que foram escravizados, os moradores foram unânimes em aceitar tal condição.

Portanto, foi a partir da titulação do povoado como Comunidade Remanescente de Quilombolas, em 2011, que os moradores foram buscar uma compreensão mais real da questão quilombola, e assim começou um processo de reconstrução e/ou fortalecimento de uma identidade que durante décadas estava esquecida. Os moradores, através das lideranças da comunidade, vão aos poucos retomando a discussão acerca de sua condição enquanto descendentes e herdeiros de quilombolas e tudo o que isso representa, enquanto tradição cultural.

Bernd (1988, p. 15-16), ao definir negritude, afirma que é uma palavra polissêmica, isto é, que possui vários significados. Negritude pode nos remeter ao fato de se pertencer à raça negra; à própria raça enquanto coletividade; à consciência e à reivindicação do homem negro civilizado; ao conjunto de valores da civilização africana. O conceito de negritude está relacionado à própria aceitação pelo indivíduo da sua condição de ser negro, de pertencer à raça e aos valores culturais da coletividade negra. É tomar para si os valores da cultura negra como referencial de vida.

Podemos dizer que foi o que aconteceu com os moradores da comunidade de Icatu. A partir da tomada de consciência de sua negritude, os próprios moradores estão tentando se auto identificar com a cultura de seus ancestrais. Entretanto, assumir a identidade negra num país como o Brasil, onde durante séculos se conviveu com um doloroso sistema escravocrata, e o pior, um país onde ainda hoje permanece como paradigma a cultura do branco europeu, é extremamente difícil, uma vez que os modelos bons e positivos da cultura negra ainda são muito pouco divulgados.

Apesar de todos os revezes e dificuldades enfrentados pelos moradores da Comunidade de Icatu, ao tentarem assumir a identidade de seus ancestrais quilombolas, mesmo assim, lentamente eles vão galgando novos espaços na sociedade ao qual estão inseridos. Paulatinamente, a Comunidade Remanescente de Quilombola São José de Icatu começa a conquistar visibilidade no cenário Amazônico. Através de sua resistência enquanto grupo étnico, bem como, de sua intensa participação e luta nos movimentos sociais; os moradores da Comunidade de Icatu hoje são merecidamente reconhecidos como um grupo quilombola.

De acordo com as narrativas do professor Domingos Flávio Lopes Farias, a identidade quilombola no povoado vem se consolidando pouco a pouco. Atualmente, grande parte dos moradores já se considera verdadeiramente remanescentes de quilombolas:

Quilombola pra mim é lugar de diversidade, lugar de união, lugar de acolher os irmãos ...vocês sabe que o quilombo era o espaço pra onde os negros fugiam enfrentando a escravidão, resistindo à escravidão, então no quilombo eles iam encontrar a liberdade, liberdade, né, então eu considero quilombo, pra nós é lugar de liberdade, lugar de união, lugar de acolher os irmãos, porque no quilombo também não conviviam só negros fugitivos, mas também conviviam com índios, que moravam juntos e depois brancos, pessoas que moravam aqui também..., então, pra mim, o significado de quilombo é um lugar de união, de liberdade e lugar de acolher os irmãos como a gente acolhe todos que vem aqui. Eu me considero um quilombola de raiz e minha identidade é quilombola.¹⁹

Para a maioria de nossos narradores, o professor Domingos Flávio Lopes Farias foi um dos principais responsáveis por essas mudanças, principalmente, no que concerne aceitação da identidade quilombola na comunidade. Como líder comunitário e professor da escola local, Domingos Flávio sempre foi incansável no sentido de reivindicar junto aos órgãos competentes os direitos historicamente negados ao seu povo. Com intuito de reconstituir a identidade de seus ancestrais, pautada na cultura de matriz africana, este professor está “resgatando,” como diz, os traços culturais que já haviam caído em processo de esquecimento. Conforme Melo (1986) o processo de reformulação se acentua na sucessão das gerações. E no “processo de transmissão de padrões de comportamento alguns valores são relegados ao esquecimento e outros novos são integrados”.

Com o objetivo de fortalecer a identidade negra entre as novas gerações e ao mesmo tempo buscar mecanismo de enfrentamento do preconceito e da discriminação, os líderes da comunidade se utilizam da música como meio para atingir tal intento. Silva (2011) tem razão ao afirmar, que a invenção de identidades político-cultural é recorrente, e acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que

¹⁹ Domingos Flavio Lopes Farias, 45 anos, professor e coordenador da escola de Icatu.

lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto à terra de trabalho. Sendo desta maneira, um dos fatores primordiais que impulsionou os líderes do povoado de Icatu a reivindicarem para si uma identidade quilombola foi justamente o desejo de demarcação de seu território.

Algumas conclusões: Lutas e Conquistas

Para Gohn (2011, p. 13) movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denuncia, passando pela pressão direta (mobilização, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

As comunidades quilombolas mantiveram ao longo dos anos, as tradições de seus antepassados, por meio da história que é repassada de uma geração para outra, criaram novos costumes. Os habitantes destas comunidades continuam lutando, até hoje, para que seja reconhecido o patrimônio de sua história no passado e os direitos da sua cidadania no presente. Desta forma, através do dispositivo constitucional (Artigo 68 do Ato da Disposição Constitucional Transitórios), o governo federal tenta reparar uma dívida histórica que o Brasil tem com esse grupo social. Entretanto, passados mais de 25 anos da aprovação da Constituição de 1988, permanece em grande parte o descumprimento, pois o número de títulos territoriais emitidos pelo governo em nomes das comunidades quilombolas ainda é muito insignificante. Tendo em vista a inoperância do governo em cumprir o referido dispositivo constitucional de titular as terras dos povoados quilombolas tradicionalmente ocupados, milhares de comunidades quilombola tiveram que se organizar e continuar a lutar pelos seus direitos.

Entre intensas lutas e debates, os moradores da comunidade de Icatu sempre estiveram participando de reivindicações, principalmente daquelas referentes à titulação de suas terras. A mobilização dos habitantes de Icatu no sentido de buscar a titulação da terra começou no início da década de 90, através dos senhores Climério Rosa Rodrigues

e Bento Farias Igreja, que incentivaram os principais líderes do povoado a se organizarem em uma Associação de Moradores de Icatu. Atentos às lutas e questões sociais, Climério Rosa e Bento Farias encorajaram os moradores a fundarem esta associação, no dia 12 de dezembro de 1992. Inicialmente a referida associação foi criada com intuito de conseguir financiamento de projetos da agricultura, principalmente, para plantio da pimenta do reino.

Com a Associação de Moradores de Icatu, a comunidade obteve grandes avanços no que se refere, as melhorias para o povoado. Foi através desta Associação que conseguiram a energia elétrica, o sistema de abastecimento de água, diretamente nas casas, além do financiamento de vários projetos agrícolas. Segundo relatam os moradores desta povoação, um dos primeiros benefícios que a comunidade conseguiu foi referente ao transporte. Devido à dificuldade de acesso e a distância por via terrestre para se locomoverem para a cidade, os líderes da comunidade em reunião com os demais associados resolveram adquirir um barco de porte grande para fazer o transporte dos moradores. Assim, foi construído o “São José de Icatu”, barco, que há mais de 20 anos continua singrando o rio Tocantins, transportando pessoas e produtos da comunidade até a sede do município de Mocajuba.

A partir de 2000, os líderes da comunidade, tendo em vista a possibilidade do reconhecimento da Comunidade Quilombola pela FCP (Fundação Cultura Palmares), bem como pela titulação de suas terras, tiveram que fazer uma reformulação no estatuto para mudar o nome de Associação de Moradores de Icatu para Associação dos Quilombolas de Icatu. Foram reunidos alguns documentos que respaldavam as origens remanescentes dos icatuenses, com os quais, no dia 30 de novembro de 2003, conseguiram viabilizar o processo de reconhecimento da identidade quilombola. Icatu tornou-se, então, o primeiro povoado no Município de Mocajuba a receber o Título de Comunidade Remanescente de Quilombos.

O Título de Comunidade Quilombola representou para os moradores de Icatu o reconhecimento histórico das tradições identitárias de seus ancestrais negros, que bravamente iniciaram um intenso processo de resistência diante das desumanas condições as quais estavam submetidos no cativeiro.

A posse definitiva da terra, através da titulação e do reconhecimento de comunidade remanescente de quilombolas foi de suma importância para os moradores do povoado de Icatu. É visto pelos seus habitantes como uma das reivindicações históricas dos quilombolas de Icatu, a titulação demorou mais de 10 anos para poder se efetivar,

somente depois de muita luta e pressão junto aos órgãos competentes foi que a comunidade conseguiu ter a demarcação de seus limites territoriais. O Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo foi emitido pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará). Segundo consta no título foi reconhecido uma área total de 1.636,6122 ha, em nome da Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu (Iterpa, 2002). O título foi entregue à Comunidade de Icatu, no dia 30 de novembro de 2002, numa cerimônia que contou com a presença do governador do Pará Almir Gabriel. Floriano Lopes Farias comenta essa conquista histórica para os quilombolas de Icatu:

Eu acredito que a maior conquista nossa até hoje foi titulação de nossas terras, por que agora nós podemos dizer que elas é nossa, né; podemos dizer que ninguém vai invadir e nem tomar de nós, né, porque é uma área quilombola e temos com que provar, temos o documento, é um território particular, então eu considero a isso a nossa grande conquista.²⁰

A mais recente conquista dos moradores de Icatu foi à construção do conjunto habitacional Climério Rosa Rodrigues, que foi construído através de um convênio entre os Governos Federal e do Estadual e executado pela COHAB (Companhia de Habitação do Estado do Pará), e entregue aos moradores no dia 15 de abril de 2012. O projeto do conjunto habitacional é composto de 50 casas populares (sala, quarto, cozinha e banheiro, com 39 m²). Juntamente com o conjunto habitacional, também foi entregue um microsistema de abastecimento de água e uma pequena padaria.

Segundo os líderes desta comunidade, o conjunto habitacional constituiu-se num fato histórico na região norte, pois a comunidade de Icatu foi o primeiro povoado quilombola da região a conseguir um conjunto habitacional construído pela COHAB. O Conjunto Habitacional recebeu o nome de Climério Rosa Rodrigues em homenagem a um dos moradores e líder mais antigo do povoado. O senhor Climério Rosa, assim como as atuais lideranças, sempre sonhou e lutou pela construção desse conjunto habitacional, que na época se chamava agrovila. No dia da inauguração o Senhor Climério Rosa, de idade bem avançada e doente, fez questão de participar dos atos solenes e da festa realizada pela população local, em uma cadeira de rodas.

²⁰ Floriano Lopes Farias, 50 anos, atual presidente da Associação dos Quilombolas de Icatu.

Portanto, a forma de organização e luta dos moradores do povoado aqui estudado, é bastante diferenciada. Todas as reivindicações já concretizadas, bem como os todos os benefícios galgados pelos icatuenses se deu graças a sua forma de organização e atuação em movimentos sociais. Organizados desde sempre em órgãos reconhecidos pelo governo e pela sociedade civil, estes agentes sociais criaram com isso, mecanismos legais de reivindicação de seus direitos. Ao fundarem em 1992 a Associação de Moradores de Icatu, que uma década depois (2012) transformou-se em Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu, os moradores de Icatu se destacaram na empreitada de conquista seus direitos historicamente negados. Assim, a pesquisa que originou o presente estudo revelou-nos um pouco da organização cotidiana dos icatuenses, mais que exigir apenas melhorias e benefícios de caráter material, reivindicaram, ou/reivindicam, para si o respeito, a cidadania e o direito de viver dignamente. E mais que isso, esse povo, aprendeu a reelaborar uma identidade que há anos havia sendo silenciada. Uma identidade consubstanciada em valores de seus ancestrais africanos, que reflete o caráter de permanente resistência às dificuldades do cotidiano.

Referências Bibliográficas

- Aragão, A. M.; Souza, B. D.; Conceição, S. S.; Santos, I.A. (2012). *Plano de Desenvolvimento Para a Comunidade Quilombola São José de Icatu/Belém; UFPA/NCAR* (Monografia de Especialização Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural).
- Bernd, Z. (1994). *Introdução à Literatura Negra*. São Paulo: Brasiliense.
- Bosi, E.(1994) *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fiabani, A. (2005). *Mato Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Funes, E. A. (1996). “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. In: Reis, João José dos, Gomes, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Gohn, M. G. (Org.). (2011). *Movimentos Sociais no Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Gomes, F. S. (2006). “No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. In: *História Unisinos*, vol. 10, nº 3, p. 281-292.
- Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Melo, L. G. (1986). *Antropologia Cultural*. São Paulo: Vozes.
- Pinto, B. C. M. (2010). *Filhas da Mata: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*. Belém: Editora Açai.
- . (2007). *Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado amazônico*. Cametá: Benedita Celeste de M. Pinto. Editora.
- . (2004). *Nas Veredas da Sobrevivência: Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Paka-Tatu: Belém.
- . (1999). *Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas*. PUC/São Paulo, (dissertação de Mestrado).
- Reis, J. J. & Silva, E. (1989). *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, S. R. (2011). A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. In: *Revista Nera – ano 14, n. 19* .
- Salles, V. (2004). *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*. Texto Reunidos/ Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu.
- Salles, V. (2005). *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. Belém: Instituto de Artes do Pará.
- Santos, J. L. (2006). *O Que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Treccani, G. D. (2006). *Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação*. Belém: Secretaria Executiva de Justiça.